

MEMORIAL - Representantes do Conselho

Reunião realizada dia 14/10/2020, às 10h00 via Google Meet. Estavam presentes Marly Augusta Feitosa, atual presidente do GCMI e os(as) conselheiros(as): Gasparina Parussi; Janete Azevedo; Jaílides Santos; Maria Enaura; Olavo de Almeida Soares; Rosalia Paolone; Maria Cristina Boa Nova; Aparecida de Sousa Lima; Cacildo Marques; Remo Vitório; Toufic Kamel Attar; Maria Rosa; Setsuko Taminato; Margarida Silva; Rosemary Haeblerlin e José Cícero Rosendo dos Santos.

Marly - Inicia a falando que a reunião é sobre os dois documentos que foram enviados anteriormente e encaminha o parecer da Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania. Fala que o Ministério Público já tinha se manifestado a respeito disso, porém o MP pode se manifestar quando há uma representação de alguma pessoa idosa. Quando uma pessoa idosa quiser cobrar algum direito, mas o MP não pode ingerir o GCMI. Complementa perguntado se alguém leu os documentos que foram enviados. O Conselheiro Remo Vitório disse que leu os documentos, mas com dificuldade, pois as letras estavam muito pequenas no documento. Mas o texto que estava no e-mail facilitou a leitura.

Maria Enaura - Disse que leu e fala que não viu novidades. Fala que seria legal a coordenadora se posicionar sobre como está o processo, inclusive, cobra o posicionamento em relação a todo o processo eleitoral. Complementa falando que gostaria que a reunião estivesse gravada e que constasse em ATA o que for falado.

Marly Augusta - Diz que está tendo reuniões para fechar o cronograma para aí sim ser divulgado todas as datas e explicações de tudo o que está acontecendo. Complementa falando que a reunião em que estão é somente para tratar dos dois documentos enviados.

Maria Enaura - Diz que é possível falar da eleição, pois os dois documentos se referem a mesma coisa. Complementa falando que o assunto também já foi tratado anteriormente, então seria importante a divulgação das ações que a Comissão Eleitoral está fazendo.

Marly Augusta - Fala que a convocação da reunião foi para comentar sobre os dois documentos. Complementa falando que quem tiver interesse em relação às ações da Comissão Eleitoral deve aguardar o parecer da coordenadora da Comissão Eleitoral que é a Cida Costa.

Marly Augusta - Diz que na resolução 013/20 da prorrogação da gestão e da eleição, foi denunciada por algumas pessoas com argumento que isso era ilegal, mas faltou leitura da Lei. Pois para a prorrogação acontecer foi feito consultadas ao gabinete da secretária. A secretária respondeu que estamos vivendo um momento excepcional e tudo é exceção dentro de uma pandemia, além disso, o GCMI foi orientado pelo procurador Cláudio Barroso que recomendou que deveria ser prorrogado os mandatos para também planejar a eleição. Fala que dentro da resolução há algumas tarefas que devem ser cumpridas como organizar a eleição e montar uma Comissão Eleitoral. Depois de publicado a resolução 013/20 foi preciso publicar a 014 porque a Deise saiu da Comissão Eleitoral e entrou a Gasparina Parussi no lugar, na comissão eleitoral tem a representação da sociedade civil compostas por conselheiros das regiões de São paulo. Para terminar sua fala diz que o outro assunto seria sobre como as eleições deveriam acontecer. Comenta que a Dra. Isabela orientou de que a nova Lei 17.451/20 só vai valer a partir de 2023, por estarmos em processo de prorrogação de mandatos. Se a nova Lei tivesse sido sancionada em 2019 faria um ano e poderia ocorrer a eleição com as novas funções, no entanto, não poderia ser atribuído à

nova lei neste momento, logo será mantido o mesmo sistema como antes. Complementa perguntando se alguém teria dúvidas ou questionamento a respeito do que foi falado.

Cida Costa - Fala que está sendo feita uma força tarefa, amanhã terá reunião extraordinária, e provavelmente reunião dia 19/10/2020, todos serão chamados junto com os fóruns para ser apresentado o Regimento Interno Eleitoral. Maria Enaura - Pergunta qual é a perspectiva de prazo para que ocorra a eleição? Cida Costa - responde que o prazo é até 30/11, mas fazer a posse até dia 12/12. Fala que isso é uma hipótese. Cida Costa - Continua falando que foi feita uma rodada para decidir o tipo da eleição. A maioria disse que quer votação híbrida: presencial e virtual. Mas falta ter uma resposta da secretaria em relação a contratação de alguma empresa que irá preparar tudo para que tenha eleições virtuais. Continua falando e diz que o MP precisa estar junto em todo o processo. Marly Augusta - Pede para falar e diz que o MP é observador, ele representa o idoso no particular, portanto, neste planejamento ele só vai observar a eleição e o que acontece durante. Quando a Cláudia Beré não participa da reunião quem vai no lugar é o Eduardo que é advogado técnico jurídico do MP. Fala que agora é preciso cumprir o que foi combinado na resolução. Diz que há um sinal de que a eleição não vai ser presencial, mas é cedo para afirmar, pois é preciso esperar a secretaria se manifestar em relação a contratação da empresa que vai ajudar em uma possível eleição virtual.

Marly - Afirma que os mandatos foram prorrogados por necessidade. Fala que é contra as eleições virtuais, mas agora por questão do decreto o prazo tem que ser cumprido e agora está sendo estudado a votação híbrida: presencial e virtual. Quem desejar votar vai no presencial ou no virtual, entretanto, é a Comissão Eleitoral que delibera e decide sobre isso. Finaliza sua fala dizendo que em sua opinião é contra que aconteça eleição remota, pois muitos idosos podem ficar de fora das eleições.

Cida Costa - Diz que não concordou com a eleição virtual, mas concorda com a eleição híbrida. Diz que o conselho se reuniu e foi decidido que a não votação virtual, então como sociedade civil, seria possível entrar na defensoria pública para derrubar tudo e adiar as eleições. Termina falando que quem for contra a eleição este ano de 2020 é preciso se reunir e elaborar um documento para derrubar essa decisão. Complementa falando que quem desejar isso precisa montar um grupo e elaborar esse documento para ser enviado a defensoria pública o quanto antes.

Marly Augusta - Aproveita para falar que todas as segundas-feiras tem reunião para discutir assuntos que envolve o GCMI. Logo recomenda que falem essas dúvidas na reunião com a CPPI as segundas-feiras. Termina falando que quem desejar elaborar esse documento que se sinta à vontade para elaborar e enviar a defensoria.

Maria Cristina Boa Nova - Comenta que não está vendo avanços, pois as reuniões estariam tratando coisas que já foram citadas. Continua falando que o conselho já pediu a prorrogação e agora é necessário cumprir o que foi decidido. Fala que já há experiências de votação virtual como foi o caso do IDEA Idoso, então é possível que tenha votação híbrida aí quem precisar votar no presencial vai no presencial e no virtual vai no virtual. Acha que é preciso encerrar e parar de postergar isso, além de que há uma possibilidade de ampliar o acesso a muito mais idosos pela questão virtual, termina falando que não concorda com o que foi falado anteriormente em relação às dificuldades de votação por parte dos idosos, pois como pode ser híbrido as pessoas votam como pode, presencial ou virtual. Termina falando que é contra qualquer tipo de documento para atrasar as eleições de 2020.

Maria Enaura - Concorda com o que foi falado pela Cristina, pois há o exemplo do IDEA Idoso que teve representantes de todas as regiões participando. Diz que a votação híbrida é viável e isso deve ficar salvo em ATA como registro do protesto em relação às dificuldades que são apresentadas.

Marly Augusta - Fala que já encerrou as suas colocações, mas diz que a reunião foi suficiente para tratar o que precisava ser esclarecido. Fala que as eleições virtuais seriam excludentes e que não teria mais tempo para expor assuntos com discursos/mimimi, pois o seu próprio posicionamento e obrigações já foi falado, anteriormente. Terminando a sua fala diz que os caminhos e informações já foram dadas. Fala que as eleições da forma que vai ser deixará idosos de fora, sendo excludente, mas quem decide não é somente a presidência do GCMI.

Maria Cristina - Fala que não concorda com a expressão usada “ discussões e mimimis”, pois tudo é posicionamento, onde todos têm o direito de falar e de ser respeitado em seus posicionamentos. Terminando a sua fala conclui considerar a eleição híbrida como viável e que possivelmente poderá proporcionar mais acesso a um maior público idoso desde candidatos quanto eleitores da cidade de São Paulo. Terminando a fala pede que tudo o que foi falado seja registrado em ATA como protesto. Jaílides Santos - Fala que é preciso ter ATA para não perder tudo o que foi discutido na reunião. Deu-se por encerrado a reunião neste momento.